

## **COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO EM VILHENA-RO (1960-1980):**

### **PERCURSOS E PERCALÇOS HISTÓRICOS NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO VILHENENSE**

**MARTINS, Helen Arantes<sup>1\*</sup>; CARNEIRO, Kleber Tüxen<sup>2\*\*</sup>; ASSIS, Eliasaf Rodrigues de<sup>3\*\*\*</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Rondônia

<sup>2</sup>Universidade Federal de Lavras

<sup>3</sup>Centro Universitário Padre Anchieta

aranteshelen@hotmail.com\*

kleber2910@gmail.com\*\*

eliasafassis@hotmail.com\*\*\*

#### **RESUMO**

O presente artigo busca perceber, em uma perspectiva histórica, como o movimento migratório ocorrido no período de 1960 a 1980, na região de Vilhena, Rondônia, lidou com os conflitos de ocupar uma terra já ocupada. Faz uma abordagem inicial das demandas educacionais que se punham. Para compreender esse espaço histórico-social, retratam-se momentos que permitiram compreender as

relações sociais, nômades e econômicas do período. Essas relações reverberaram na educação, na formação dos alunos, na cultura e na identidade local. A pesquisa delimita-se como um estudo bibliográfico, apoiada pela visão da conscientização freireana da relação ser humano/mundo, e conta com alguns autores regionais que abordam a temática da colonização de Vilhena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização. Educação. Conscientização freireana. Vilhena-RO.

## **COLONIZATION AND OCCUPATION IN VILHENA-RO (1960-1980):**

### **HISTORICAL PATHWAYS AND PERCUSSIONS IN THE CONSTITUTION OF VILHENENSE EDUCATION**

#### **ABSTRACT**

This article seeks to perceive, from a historical perspective, as the migratory movement in the 1960-1980 period in Vilhena, Rondônia, region coped with conflicts of occupying a land already occupied. Featuring an initial approach to the educational demands placed. In order to understand this historical-social space, moments are captured that allowed to understand the

social, nomadic and economic relations of the period. These reverberated relations in education, formation of the students and in local culture and identity. The research delimited as a bibliographic study, supported by the vision of Freirian awareness of the relationship human/world and account with some regional authors who address the issue of colonization of Vilhena.

**KEYWORDS:** Colonization. Education. Freirian awareness. Vilhena-RO.

## **COLONIZACIÓN Y OCUPACIÓN EN VILHENA-RO (1960-1980):**

### **PERCURSOS Y PERCANCES HISTÓRICOS EN LA CONSTITUCIÓN DE LA EDUCACIÓN VILHENENSE**

#### **RESUMEN**

El presente artículo busca percibir, desde una perspectiva histórica, cómo el movimiento migratorio ocurrido en el período de 1960 a 1980, en la región de Vilhena, Rondônia, lidia con los conflictos de ocupar una tierra ya ocupada. Hace un enfoque inicial de las demandas educativas que se ponían. Para comprender ese espacio histórico-social, se retratan momentos que permitieron comprender las relaciones sociales,

nómadas y económicas del período. Estas relaciones reverberaron en la educación, la formación de los alumnos, la cultura y la identidad local. La investigación se delimita como un estudio bibliográfico, apoyado por la visión de la concientización freireana de la relación ser humano/mundo, y cuenta con algunos autores regionales que abordan la temática de la colonización de Vilhena.

**PALABRAS CLAVE:** La colonización. Educación. La conciencia freireana. Vilhena-RO.

## 1 INTRODUÇÃO

“De repente vem uma canção qualquer  
E logo nos seduz  
E a verdade que ninguém podia ver  
Surge a olhos nus  
[...] Desprezamos todos os valores  
Nem sabemos mais o que é ruim  
Então siga logo quem souber  
O caminho para ser feliz  
[...] Foi a ordem natural das coisas  
Que me trouxe até aqui.”

(Guilherme Rondon e Paulo Simões)

Nosso campo de pesquisa é a cidade de Vilhena, localizada no estado de Rondônia (RO), região Norte do Brasil. Rondônia tem como limite o estado do Mato Grosso a Leste, Amazonas a Norte, Acre a Oeste e a nação boliviana a Oeste e Sul. Sua localização, entre matas e florestas, assume um caráter fronteiro. A história de sua ocupação registra um quadro migratório, com fluxo intermitente de contingentes de pessoas. Essa descrição do estado, ainda que preliminar, já estabelece a problemática inicial com que lidaremos ao longo deste artigo: como se deu essa formação recente do estado? Como essa migração influenciou a sociedade nativa, então incipiente e em situação de isolamento? E, em especial, interessa-nos saber quais foram as estratégias estatais na formação de Vilhena-RO, principalmente na área da educação.

Para tanto, o presente trabalho assume a concepção freireana de conscientização, que estabelece a tomada de consciência crítica como o primeiro passo para a superação de um estado de não ser, condição de negação e despersonalização de uma classe. Ao assumir uma postura crítica coletiva na análise da realidade objetiva, os fenômenos são percebidos de uma outra forma (FREIRE, 1979). Não há como compreender os fenômenos sociais (como os movimentos de ocupação e colonização do Norte do país, por exemplo) sem primeiro compreender quem “[...] é o homem e qual a sua posição no mundo” (FREIRE, 1979, p. 123). Apesar de apreciar as considerações ontológicas dessa percepção, quando o texto de Freire busca saber “quem é o

homem”<sup>1</sup>, embrenha-se na problemática de como uma determinada classe tem coletivamente uma percepção de si e de sua posição do mundo. Entender essa posição exige compreender a história. E quando esta é escrita sob o viés dos poderosos, há também a atitude intencional de manter a opressão, apagando as contribuições que os oprimidos tiveram na construção histórica da sociedade. Nos tópicos a seguir, intentaremos elaborar o resgate possível da história dos oprimidos na ocupação e colonização de Vilhena-RO, destacando especialmente como a educação formal se iniciou na cidade e em que contexto isso ocorreu.

## **2 PROPAGANDA, SONHO E REALIDADE NUA**

“Eu queria usar palavras de ave para escrever.  
Onde a gente morava era um lugar imensamente e  
sem nomeação.  
Ali a gente brincava de brincar com as palavras [...].  
Regava o rio, regava o rio.  
Perto havia um brejo canoro de rãs. O rio encostava  
as margens na sua voz. Sua maior alegria era de ver  
uma garça descoberta no alto do rio.”  
(Manoel de Barros)

O poema em epígrafe faz refletir liricamente sobre uma terra desconhecida de matas fechadas e animais selvagens. Esse quadro poderia substancializar ainda mais as condições enfrentadas pelos migrantes que chegavam à região Norte do país nas diferentes ondas migratórias de 1960 a 1980. Basta a ele acrescentar o espírito aventureiro, a procura de riquezas ou a busca de um pedaço de chão para plantar, criar animais e sustentar a família. O registro memorial afetivo desses pioneiros é, nesse viés, acertadamente o de “desbravadores”. Os conflitos produzidos por esse desbravamento, é claro, não podem passar despercebidos. Deve-se também considerar a atratividade que a mineração exercia sobre o imaginário de quem ia para o Norte encontrar riquezas. O grande fluxo migratório para a região Norte do Brasil, na década de 1960, tinha como foco principal a busca por jazidas de minério, principalmente o ouro. A garimpagem deste último era manual e exigia o trabalho braçal de um grande contingente de

---

<sup>1</sup> Ou “quem é o ser humano”, em uma fraseologia mais contemporânea. O texto de Freire aborda essa questão com uma profundidade ontológica ímpar.

trabalhadores. Mesmo o comércio, quando se estabelecia, voltava-se principalmente ao fornecimento de insumos para o garimpo ou à venda de produtos básicos para os envolvidos nessa atividade.

Em um país de poucas oportunidades, entre os anos 60 e 80 do século XX, a fronteira Norte da federação acenava com a possibilidade de crescimento patrimonial. As áreas eram imensas, e a terra, fértil. Sobre essa última, projetavam-se diversas fantasias de triunfalismo agrícola. Eram imaginações fantásticas, sonhadoras, pois não se compreendia a biodinâmica do solo típico da região. E coroava essas ambições a prospecção aurífera, sempre uma possibilidade, ainda que clandestina. Os conflitos de classe se estabeleceram concomitantemente ao desenvolvimento sociopolítico dos colonos. E os ditames do capital estabeleceram a hierarquia, em cujo topo se fixaram os grandes latifundiários, cujo domínio balizou a influência cultural, política e econômica predominantes. Na base da pirâmide, sustentando seu peso, ficaram os excluídos. E é a autopercepção que esses últimos têm de sua condição de exclusão (FREIRE, 1979) que permite que se posicionem como contrários a essa ocupação. Quando essa conscientização não ocorre, a sociedade do presente é entendida como hegemônica, pois ignoram-se as condições histórico-sociais do passado que produziram sua aparência contemporânea. O resgate da história dos conflitos e das construções sociais por ele produzidas é indispensável para se refletir o estado atual de uma sociedade. Por isso, ocupemo-nos em avaliar os processos ocupacionais da região em um breve relato histórico.

Por um período, Vilhena pertenceu ao então Território Federal de Rondônia, que foi desmembrado dos estados do Mato Grosso e do Amazonas pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas, com o nome de Guaporé. Porto Velho foi confirmada capital do estado (ou território) com a Lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945; e, na condição de capital, passou a ter o comando dos órgãos da administração direta com a jurisdição federal. A promulgação da Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, renomeou o Território do Guaporé como Território Federal de Rondônia, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Mas a história de Vilhena se forjou bem antes, com antecedentes que, segundo Moreira (2012), remontam a desbravamentos ocorridos 200 anos antes, quando os bandeirantes Antônio Pires e Paes de Barros denominaram a área como “Chapadão do Parecis”. Os bandeirantes

tinham a missão de ligar Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira<sup>2</sup> e romper com o “isolamento amazônico”. No ano de 1907, foi iniciada essa trajetória, só concluída em 1912, durante o governo de Hermes da Fonseca e a presidência de Afonso Pena. Essas picadas de abertura na mata serviram mais tarde de trilha para a abertura da BR-029. Segundo Brasil (2000), o que hoje conhecemos como Vilhena teve início no século XX, a partir de 1910. Campana (2012) descreve que a expedição amazônica comandada por marechal Cândido Rondon foi a grande responsável pelo fluxo migratório e a colonização do local na ativação da BR-029<sup>3</sup>.

De acordo com Brasil (2000), Vilhena foi batizada em homenagem ao engenheiro-chefe da Organização da Carta Telegráfica da República, Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, nome que Rondon notabilizou ao final de sua obra na região. Foi um início modesto: em 1938, apenas duas famílias permaneceram na estação do Posto Teleográfico. Mas, no decorrer dos anos, um grande número de migrantes passou a ocupar as terras rondonienses, oriundos, em sua maioria, da região Sul do Brasil. Em 1960, Vilhena recebeu atenção de todo o país: Juscelino Kubitschek veio à cidade. O presidente posou para fotografias, inaugurando a estrada que ligaria Brasília ao Acre. Na fotografia, de machado na mão ou caminhando como um equilibrista sobre um tronco caído, encenou a derrubada da última árvore da rodovia<sup>4</sup>: uma imagem antológica de todo o desmatamento que viria depois, com anuência e encorajamento do poder público. A região ganhou manchetes nacionais, atraindo uma leva de novos habitantes, com casas sendo levantadas aqui e ali. Como explica Gomes P. (2012, p. 173):

As cidades, em suas origens, eram compostas por casas e barracões de madeira; era uma raridade a alvenaria. A paisagem era tomada por serrarias, botecos, máquinas de beneficiamentos de grãos e serialistas comerciantes de produtos agrícolas como arroz, milho, feijão e café. Todas as casas possuíam pregos pelo lado de dentro que serviam como ‘cabideiros’; nas cabeceiras das camas mais um prego, esse era para o ‘soro’ aplicado nos pacientes que comumente contraíam malária, doença bastante comum que assolou todas as regiões do território e mais tarde do Estado de Rondônia.

Muitos foram induzidos a sonhar fantasiosamente pela marcante propaganda da época, que alardeava que “[...] a terra era tão boa que pé de milho, em Colorado, produzia, cada um, até sete espigas; pé de quiabo crescia tanto que as pessoas subiam para colher; maracujá dava de

<sup>2</sup> Hoje as duas cidades distam mais de 1.400 quilômetros.

<sup>3</sup> A expedição tinha a missão de construir linhas telegráficas que ligariam a região Norte às demais partes do país.

<sup>4</sup> A foto foi publicada no jornal *A Gazeta de São Paulo* em 11 de fevereiro de 1960. Foi reproduzida também na autobiografia do engenheiro, jornalista e historiador Manoel Rodrigues Ferreira (2005).

quilos; abóboras e mandiocas gigantes [...]” (GOMES, E., 2012, p. 174). Essa era a imagem que muitos tinham das cidades do Norte, em especial de Vilhena. A realidade, no entanto, era distante das utopias. Matas fechadas ocultavam o solo, que precisava ser trabalhado e adubado. Os perímetros urbanos eram por vezes indistinguíveis da selva. Estradas ainda em abertura dificultavam a chegada das muitas famílias transportadas por caminhões “pau de arara”<sup>5</sup>. Companhias de ônibus apenas iniciavam as atividades. Na então chamada BR-029, iniciada em 1943 e finalizada na década de 1960, ligando Porto Velho a Cuiabá, formavam-se colônias que impulsionavam a economia local. O Governo Federal considerava a estrada um desbravamento fundamental para a integração da região e estimulava, por campanhas de publicidade, muitos migrantes, acenando com terras fartas e baratas. Cientes ou não dos riscos, muitos enfrentavam dificuldades que não estavam na propaganda: doenças, falta de moradia e precárias condições de sobrevivência. Moreira (2012) afirma que no ano de 1964, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), ocorreu a distribuição de terras da união a colonos dispostos a se fixarem na região. Esse foi um fator que atraiu migrantes de todos os quadrantes do país.

Ainda que a ocupação desses considerados “espaços vazios” ocorresse de forma pioneira e desbravadora, a sociedade recém-formada de Vilhena não se estabeleceu fundada em princípios assentados na liberdade e igualdade, como aqueles que costumam vincular ao imaginário dos “*pilgrims*”<sup>6</sup>. Sobretudo, vale dizer que a embrionária sociedade vilhenense não brotou de forma estanque, imune à lógica de mercado, estabelecida em todo o país e espriada em boa parte do planeta. Essa lógica estabelece o uso do outro como uma norma moral de conduta (ASSIS, 2015) e regula leis com interesses privados e econômicos, fazendo uma defesa moral do que o autor demarca como “égide do mercado”.

A primeira demarcação é: viver sob a égide do mercado significa pertencer a uma sociedade em que os valores do capital se cristalizaram como a única versão possível de existência real. E as leis, em um estado neoliberal, são as correias do escudo que defende não propriamente a justiça, mas a liberdade de mercado, o livre empreendimento e a iniciativa privada. (ASSIS, 2015, p. 122).

<sup>5</sup> Caminhão adaptado para transportar pessoas em sua carroceria.

<sup>6</sup> Os pais-pioneiros puritanos que, a bordo do navio Mayflower, viajaram em 1620 para o Novo Mundo, procurando liberdade religiosa.

Nessa ocupação desenfreada, as leis e as deliberações estatais foram intervenções políticas federais unilaterais, o que não surpreende, uma vez que, no período delimitado pela pesquisa, o país viveu uma ditadura militar. As vantagens propagandeadas exerciam um fascínio sobre as famílias, que afluíam em um processo desordenado, sem preparo, sem um projeto de acolhida do mesmo governo que as encorajava a migrar.

Ao chegarem aos “espaços vazios” das terras da região Norte do país, as famílias faziam delas seus novos lares, sonhando com a futura prosperidade, mas os sonhos tinham que esperar enquanto tais indivíduos lidavam com questões objetivas, como sustento da família e moléstias típicas da região, conhecidas pelos nativos, mas desconhecidas por eles. O peso maior era o da ausência do Estado: a exemplo da falta de infraestrutura e de equipamentos públicos como hospitais e escolas. E a surpresa, percebida ao chegar, era a de que os “espaços vazios” não correspondiam à imagem monocromática deserta dos mapas dos atlas escolares brasileiros. A terra era habitada por nativos e migrantes de gerações anteriores. A extensa onda migratória encorajada pelo regime militar assumia os contornos de uma ocupação sem peias que obrigava a exclusão dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas dos espaços que eles já ocupavam.

Os recém-chegados ocuparam terras e se aglomeraram em pequenos povoados. Em muitos casos, essas ocupações deram-se de forma conflituosa, com o uso de violência. Os índios que habitavam essas regiões foram aos poucos sendo afastados de suas terras. Paradoxalmente, além das relações conflituosas, a miscigenação também ocorreu. O desejo de progresso era embalado pela mistura de raças, costumes e culturas. Desmatar florestas era sinônimo de avanço civilizatório. A extinção de espécies da fauna e da flora alcançou níveis exorbitantes.

Apesar disso, o afluxo migratório intensificou-se, assumindo contornos superlativos. A falta de estrutura para acolher essas famílias tornou-se a grande questão naquele momento. Com a ausência do Estado em garantir a vida e a sobrevivência no local, os próprios migrantes se organizaram, de forma solidária, com seus iguais. Essa solidariedade, baseada na consciência dos sofrimentos que tinham em comum, cimentava a liga que os reunia, aqui e ali, de forma orgânica. Em pequenas iniciativas, em diversos grupos, foram assumidas as responsabilidades pelo desenvolvimento da região. O objetivo era criar uma estrutura mínima que garantisse a sobrevivência coletiva. Formaram-se pequenas vilas, localizadas às margens da BR-029, atual BR-369. Pode-se dizer desses colonos, sem demérito de seu caráter corajoso em enfrentar

mudanças e desafios, que, embora bem-intencionados, não dispunham de uma formação profissional à altura dos desafios que enfrentavam. Fizeram o melhor que puderam para suas famílias e recém-formadas comunidades, da forma como compreendiam o que era “o melhor”. Suas boas intenções não alçavam grandes abstrações, atrelados como estavam à sobrevivência diária. Viviam em aguda precariedade, como corroboram os relatos de alguns desses pioneiros.

Brasil (2000) destaca como esses migrantes viviam em isolamento e extrema precariedade. As estradas eram de terra, poeirentas no tempo seco, verdadeiros atoleiros na época das chuvas. Quando se tornavam intrafegáveis, montavam-se acampamentos provisórios aguardando a desobstrução. Viagens de algumas horas poderiam levar dias. Almeida (2007, p. 15), um garimpeiro que passou por essas terras na ocasião, relata em sua obra a trajetória que ele e muitos percorriam no interior das matas:

Lá iam eles com os pés na estrada, aliás, nem estrada era, apenas uma picada sinuosa. Às vezes descendo, às vezes subindo, e quase sempre escorregadia, principalmente quando chovia. [...] quando chovia os atoleiros eram constantes. Quantas vezes estivemos impedidos de continuar viagem, atolados até os eixos, aguardando socorros que levavam dias para chegar, quando chegavam. A improvisação e a criatividade eram a melhor opção.

Campana (2012) afirma que os sulistas compunham grande percentual das ondas migratórias. As geadas acabavam com os campos do Sul e eles iam à procura de clima tropical para plantar e colher. Os nordestinos também procuravam terras férteis e vendiam sua força de trabalho a valores ínfimos. O “descaso governamental”, como relata Gomes E. (2012), é destacado pelas muitas falhas no processo de colonização. Não houve integração dos colonos; ninguém os preveniu quanto às dificuldades de adaptação, quanto ao clima tropical das florestas. A malária assolava a muitos. A ausência de órgãos fiscalizadores e reguladores das ocupações deixou que o desmatamento avançasse nas florestas nativas, e era difícil manter a terra produtiva.

As famílias de migrantes encontram em Rondônia enormes dificuldades. Acostumados em outras regiões, derrubam uma área aqui e alguns anos depois está toda encapoeirada devido ao calor e à umidade, faltam créditos, a maioria dos colonos não tem condições de trabalhar com as culturas permanentes, seja pelo investimento que exigem, seja pela demora em ter retorno. (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 178).

Os autores acima ainda ressaltam como o garimpo e as plantações de milho, arroz, mandioca e feijão mantinham a maior parte da movimentação dos comércios. Penosamente a

pequena cidade estava se desenvolvendo, surgindo, por consequência, a necessidade de comércios variados e de bancos, bem como a implantação de escolas.

Brasil (2000) destaca que os pequenos agricultores se endividavam com empréstimos. Depois, sem as condições básicas para se manterem, vendiam suas propriedades por preços baixíssimos para grandes fazendeiros, que se expandiam cada vez mais. Com as terras já desmatadas e o solo beneficiado, a compra das propriedades se tornou um excelente negócio. Essas famílias desterradas passaram a buscar áreas ou trabalho em outras localidades, ampliando os contornos da ocupação para um fenômeno semelhante ao de uma diáspora.

Em meio a toda essa movimentação e fluxo migratório na região Norte, segundo Brasil (2000), Vilhena passou a ser município pela Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo então presidente da república Ernesto Geisel. Ainda hoje a cidade é considerada um município em crescimento demográfico, com grande desenvolvimento socioeconômico. Entre 1980 e 1988, foram investidos recursos para a criação de vários municípios: Machadinho do Oeste, Cujubim, Seringueiras, São Felipe, Castanheiras e Buritis. Por meio de regulamentações, também surgiram cidades como: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno. Mas e a educação, em especial, em Vilhena?

### **3 FLORESTAS NO CHÃO, PROPRIEDADES NA MÃO; MAS E A EDUCAÇÃO?**

Com o objetivo de colonizar, preservar árvores nativas não era relevante. A prioridade era formar campos cultiváveis ou pastos. Na maioria das terras do Incra entregue a colonos, a porcentagem de desmatamento permitido variava até 50%. Não era uma lei explícita na historiografia do órgão, mas, sem desmatar, a perda de posse das terras seria inevitável. Assim, aqueles colonos que não conseguiam derrubar as florestas eram ameaçados com a desocupação. Por vezes, vendiam-nas a grandes latifundiários. Quando conseguiam permanecer nas terras, era sem as condições necessárias e sem incentivos. Possuindo ou não um pedaço de terra, muitos acabavam explorados como mão de obra barata em troca de alimento, permanecendo pelas redondezas da região. Mais e mais famílias se urbanizavam, juntando-se às pequenas vilas à beira da BR-029 (atual BR-364).

A mineração e o garimpo também desapontavam. Adentrando a década de 1970, tornaram-se evidentes as dificuldades de acesso aos minérios. O ouro estava lá, nas entranhas da terra ou nos leitos dos rios, mas alcançá-lo exigia mais do que mão de obra, demandava equipamentos, perícia e investimentos iniciais. A vida dos garimpeiros foi se tornando cada vez mais difícil. A escassez de alimento assumia proporções preocupantes. Juntavam-se a ela as péssimas condições de habitação, as doenças, a falta de escolarização, o período das enchentes e outros fatores. Os migrantes constataram uma brutal discrepância entre a propaganda estatal que os encorajara a mudar e as reais condições da região. Esse desapontamento desestimulou novas ondas de migração, que se tornaram mais rarefeitas. Compreendida como uma fantasia de enriquecimento rápido já superada, a região já não chamava a atenção do restante do país como antes havia chamado. Isso produziu um distanciamento entre os migrantes e as outras regiões, em especial as mais distantes, como Sul e Sudeste. Para muitos habitantes dessas regiões, o verde dos mapas era interpretado como selva total, sem povoações.

Mas o ouro e a cassiterita<sup>7</sup>, principais minérios encontrados no rio Madeira, ainda eram explorados, o que impulsionou a criação de pequenos povoados formados pelos garimpeiros e suas famílias. No período de 1978 a 1986, novos projetos foram implantados na região, tornando a atrair vários migrantes da região Sul do Brasil. As campanhas publicitárias voltaram a ser veiculadas, agora repletas de histórias de conquistas, à semelhança das narrativas liberais do *“self-made man”*<sup>8</sup>.

Atraída por essa possibilidade de “se fazer” patrimonialmente, uma nova onda de migrantes ignorou os desapontamentos registrados alguns anos antes e partiu para o Norte, em uma torrente tão volumosa que “[...] estima-se a migração de cerca de um milhão de pessoas”, de acordo com Cunha e Baeninger (2000, p. 7). Porém os interesses políticos visavam principalmente à ocupação das fronteiras, até então não agregadas à economia nacional. Em termos objetivos, a garimpagem, amadora e braçal, não se traduzia em muita liquidez. A acessibilidade ao minério só era conseguida com investimento, o que onerava o processo e fazia com que os gastos, por vezes,

<sup>7</sup> Minério, geralmente de formato rochoso, com aplicações múltiplas. Rondônia e Amazonas responderam, respectivamente, com 47% e 50% da produção nacional, conforme dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

<sup>8</sup> Expressão enraizada em uma cultura neoliberal que encoraja a livre iniciativa, define o “homem que se faz sozinho”, isto é, que aproveita as demandas do mercado e empreende.

empatassem ou mesmo superassem os lucros. O setor garimpeiro passou a ser inexpressivo no território. Procurando uma alternativa, ações agrícolas provaram-se mais viáveis. Assim, a agricultura sucedeu os garimpos e passou a ser projetada no cenário nacional.

A região passou a ser conhecida como a “Fronteira Agrícola Norte”, consoante Cunha e Baeninger (2000, p. 9), e atraía, em especial, fluxos migratórios que saíam do Centro-Oeste do Paraná. Essa nova grande massa populacional migrante também chegou desordenadamente, juntando-se aos povoados que já existiam nas localidades.

Enquanto isso, na ocupação de Vilhena pelas levas de migrantes, a educação e o ensino formal implantaram-se em caráter de necessidade extrema. A nova sociedade foi se formando na aglomeração de famílias, que compartilhavam de uma experiência comum: o ato de migrar para uma localidade nova sem equipamentos públicos. Os filhos desses migrantes precisavam de escola. Mas esse processo também atendeu à uma clivagem social, uma divisão de classes que em pouco tempo se estabeleceu. Existiam aqueles que eram conhecidos como “grandes fazendeiros”, colonos já bem estabelecidos, os quais podiam enviar seus filhos para estudar em cidades desenvolvidas, no interesse de futuras carreiras mais promissoras. Já a maioria dos colonos permanecia nas redondezas, servindo como fonte de lucro e manutenção do poder.

A educação das crianças dos colonos foi iniciada por voluntários sem formação profissional que ofereciam educação não formal a algumas crianças e adolescentes do lugar. Além de sua atitude solidária, esses pioneiros da educação de Vilhena também articularam suas reivindicações, levando o município a inaugurar a primeira escola, através do Decreto nº 353, de 10 de agosto de 1960. A unidade escolar foi denominada “Escola Isolada Wilson Camargo”, em homenagem a um dos sócios da Companhia Camargo Corrêa, principal responsável pelas construções ou reformas das estradas do estado. O homenageado, descrito como grande “desbravador”, era um engenheiro que atuou na formação de profissionais da educação até o ano de 2001, quem faleceu em 2012 no estado de São Paulo.

Corporificando os descasos anteriores do poder público, embora devidamente inaugurada, a escola ficou vazia por volta de dois anos. Por falta de pessoas qualificadas, o ensino só iniciou em setembro de 1962. O espaço, desde a fundação, era de proporções inferiores à demanda, não conseguindo acolher todas as crianças. A construção era muito rústica, mesmo para os padrões locais: levantada em tábuas de largas frestas, incapazes de conter as

tempestades frequentes do clima amazônico. Enxurradas e pingos se multiplicavam. Cômodos e cantos bem vedados priorizavam a proteção dos poucos materiais pedagógicos. Essa foi a primeira escola de Vilhena, na verdade uma “casinha”, de muita simplicidade, localizada às margens do rio Pires de Sá<sup>9</sup>. Conforme Brasil (2000, p. 113), seu cotidiano pedagógico era:

[...] limitado à instrução do nível primário, funcionando no estilo multisseriado, devido ao número reduzido de alunos, falta recursos humanos e materiais. A pequena escola, porém, soube suprir e cumprir suas funções sociais naquele momento inicial. No início de 1970, a pequena Escola Isolada Wilson Camargo, depois de passar por quatro endereços, se [sic] muda para o local da sede atual, tendo seu nome alterado para Wilson Camargo [...]. No decorrer desses anos, a Escola Isolada Wilson Camargo foi aos poucos sendo ampliada, em função do aumento da demanda.

A contabilização dos desafios, segundo Gomes P. (2012), era a soma de fatores, como: falta de estrutura adjacente, isto é, a ausência de outros equipamentos públicos de apoio à população; escassez de verbas, denunciada pela falta de materiais didáticos, de manutenção predial ou transporte para os alunos; e principalmente falta de pessoas qualificadas para exercer o ofício de professor. O principal objetivo educacional do município era a formação rápida daqueles que sabiam ler e escrever para exercerem a função de “ser professor”, o que condizia com toda a necessidade urgente de recursos humanos da cidade. Alguns migrantes recém-chegados, caso possuíssem desenvoltura na escrita e leitura, logo assumiam postos de trabalho em órgãos públicos. Em 1977, modificou-se o nome da escola<sup>10</sup>, que de Escola Isolada Wilson Camargo mudou para Escola Territorial de 1º e 2º Graus Wilson Camargo.

Outro respaldo decisivo para o avanço da educação de Vilhena foi a contribuição do padre Ângelo Spadari, cujo nome batiza uma das praças da cidade, local da primeira missa comunitária da região. Padre Ângelo teve uma ação ampla: além de reivindicar o avanço da educação na cidade, ficou conhecido por denunciar a propaganda falsa que aliciava “peões”, trabalhadores braçais não qualificados, para o interior do estado, onde acabavam em condições análogas às de trabalho escravo<sup>11</sup>. Em dezembro de 1979, a pedido do padre Ângelo Spadari, chegaram em Vilhena as primeiras religiosas do Instituto das Mestras Pias Filippini, para trazer à

<sup>9</sup> O rio Pires de Sá era o rio que passava no meio da cidade e a abastecia.

<sup>10</sup> Citado no Parecer nº 33/CTE, de 29 de setembro de 1977.

<sup>11</sup> Montezuma Cruz, repórter, quem entrevistou o padre Ângelo em 6 de agosto de 1978, registrando a denúncia. Há um relato sobre a entrevista disponível em: <<http://www.gentedeopiniao.com.br/mobile/amazonias/noticia/antes-do-estado-a-escravidao/68172>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

cidade uma educação particular. As atividades exercidas pelas irmãs foram as mais diversas: catequese, preparação para a recepção dos sacramentos, preparo da liturgia dominical na igreja paroquial, aulas de ensino religioso nas escolas públicas de 1º e 2º graus e visitas às famílias nos hospitais. Também participavam dos programas religiosos nas rádios locais. Esse ativismo em ritmo urbano das religiosas refletia o êxodo rural que estava acontecendo: aos poucos, mas em taxa crescente, os espaços urbanos se inflavam de novos moradores e os campos eram esvaziados. Ainda assim, ampliava-se o surgimento de escolas rurais, ainda defasado em relação à necessidade. Essa foi uma estratégia, no período de 1980, para a permanência de trabalhadores agrícolas, como cita Brasil (2000, p. 115):

[...] várias escolas na zona urbana e rural. Em 1982, quando Vilhena ainda agrupava Colorado do Oeste e Cerejeiras, chegou a ter perto de 120 escolas rurais. Em fevereiro de 1980, entrou em atividade a primeira escola particular, o Educandário São Domingos Sávio (hoje Escola Santa Lúcia Filippini).

A oferta de ensino surgia com o objetivo de manter a continuidade das atividades agrícolas e pecuárias daquela parte do estado. Esses empreendimentos estavam tomando corpo, recebendo capital de outras regiões do país, sendo imprescindível que garantissem a permanência da mão de obra. Os objetivos educacionais foram se sofisticando em termos de técnica, buscando atender à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta breve narrativa sobre a ocupação de Vilhena buscou compreender como a região serviu de palco para uma colonização que não foi pacífica ou cordial, e sim eivada de conflitos. As iniciativas governamentais, reduzidas por muito tempo a um encorajamento da migração, não se fizeram acompanhar por apoio em infraestrutura e foram erráticas em diversos momentos, desumanizadoras quase sempre. O objetivo foi atender a um interesse expansionista, à ocupação das fronteiras, a um desejo de progresso. Alvo que nunca considerou, além da precariedade em que se viam lançadas as famílias que se mudavam, as relações entre migrantes, povos indígenas e populações ribeirinhas.

No rescaldo desses conflitos, indígenas e ribeirinhos foram excluídos, convertidos em mão de obra barata ou exterminados em questões relativas às terras. Isso ocorreu por vezes de forma sistematizada, por vezes em escala social microscópica, nas diversas relações conflituosas que eram travadas. A exemplo das árvores da floresta, que deveriam ser dizimadas para darem lugar às extensas pastagens e plantações, os habitantes anteriores da terra também eram removidos do caminho.

Os migrantes, pertencentes a outros estados do Brasil, apegavam-se às suas culturas de origem. Os costumes dos que já habitavam o lugar eram esquecidos e nunca mencionados na educação local, dificultando pensar em uma cultura legitimada, nativa da terra. Tal cultura nativa está sobreposta por camadas de antagonismos culturais e identitários. Essas camadas são a resistência dos dominadores, que estabeleceram a identidade do estado de Rondônia como agrícola e pecuária. Esse retrato, por sua vez, sobrepõe-se ao passado histórico de uma cultura extrativista, ocultando a memória de seus protagonistas, os ribeirinhos e indígenas, que não são devidamente retratados nesse complexo cultural predominante.

Aliciados por fortíssimas estratégias colonialistas, muitos migrantes chegavam à procura das promessas desenfreadas, suscitadas pelos devaneios das publicidades estatais. Logo se percebiam sem subsídios práticos para sua existência cotidiana, em uma condição geográfica e política de grande isolamento. Mas contavam com a chancela do Estado para a ocupação das “inóspitas e vazias terras”. Todas essas estratégias governamentais foram bem-sucedidas. Os extrativistas, indígenas ou ribeirinhos, permanecem até os dias de hoje, de fato, sem vez e sem voz nas políticas públicas educacionais. Como se viu, a educação no município, às voltas com tanta precariedade, não lhes concedeu um espaço, antes dedicava-se às questões de formação técnica, formação da consciência patriótica e manutenção da concepção ideológica de um Estado que nasceu da “força do trabalho e do ensino”, em fronteiras ocupadas por pessoas “bravas e destemidas”. Esse imaginário é também uma cortina que recobre esse período na história da educação de Vilhena, camuflando estratégias governamentais de publicidade pretensiosa, mas de desempenho mambembe.

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. *Terceiro igarapé*. Canoas: Adhara, 2007.

ASSIS, E. R. *A metástase do bem: a odisseia moral de professoras resilientes e sua influência moral na comunidade escolar*. 2015. 258 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2015.

AYDOS, M. R. *Migrações internas no Brasil contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008*. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 14 set. 1943.

BRASIL. Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956. Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 21 fev. 1956.

BRASIL. Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 out. 1977.

BRASIL. Lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1945.

BRASIL, P. *Vilhena conta sua História*. Vilhena: Delta, 2000.

CAMPANA, A. *História e geografia de Rondônia*. 2012. Disponível em: <<http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/search/label/z%20-fotos%20antigas%20vilhena%20-%20ro>>. Acesso em: 23 maio 2014.

CRUZ, M. Antes do Estado, a escravidão. *Gente de Opinião*, Porto Velho, 25 set. 2010. Disponível em: <[www.gentedeopinioao.com.br/mobile/amazonias/noticia/antes-do-estado-a-escravidao/68172](http://www.gentedeopinioao.com.br/mobile/amazonias/noticia/antes-do-estado-a-escravidao/68172)>. Acesso em: 5 jul. 2016.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. *A migração dos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças*. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.

DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, M. R. *Autobiobiografia*. 2005. Disponível em: <[www.ebooksbrasil.org/elibris/bio/manoel.html](http://www.ebooksbrasil.org/elibris/bio/manoel.html)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. O papel da educação na humanização. *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 123-132, 1969.

GOMES, E. *História e geografia de Rondônia*. Vilhena: Express, 2012.

GOMES, P. A. *A educação escolar no Território Federal do Guaporé (1943-1956)*. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2012.

MOREIRA, V. *Conhecendo Vilhena*. 2012. Disponível em: <<http://vilhena-ro.blogspot.com.br/search/label/2.%20localiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20vilhena>>. Acesso em: 20 maio 2015.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. *Migrantes amazônicos*. São Paulo: Loyola, 1992.

Recebido em 13 de setembro de 2016.

Aceito em 22 de maio de 2017.